



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços
Urbanos

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

Empreitada por preço unitário com o fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e responsabilidade técnica na Recuperação da Base da Ponte da Rua João Goulart com reconstrução de muro de gabiões para contenção das estacas de fundação, blocos de concreto bem como o aterro nas margens de acesso a ponte existente sobre o Arroio Schmidt, localizado na rua Presidente João Goulart, bairro 25 de Julho, no Município de Campo Bom.

--Orçamento (Tabela SINAPI)

LOTES	DESCRIPTIVO	VLR TOTAL
LOTE 01	RECUPERAÇÃO DA BASE DA PONTE NA RUA PRESIDENTE JOÃO GOULART COM UTILIZAÇÃO DE MUROS DE GABIÕES. (CONFORME ORÇAMENTO)	R\$ 1.378.666,96
LOTE 02	COMPLEMENTO PARA RECUPERAÇÃO DAS CABECEIRAS DA PONTE NA RUA PRESIDENTE JOÃO GOULART. (CONFORME ORÇAMENTO)	R\$ 290.046,41
TOTAL		R\$ 1.668.713,37

OBS: LOTE 02 PROVENIENTE DA NECESSIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DAS CABECEIRAS ERODIDAS NAS CHEIAS DO MÊS DE ABRIL/MAIO DE 2024

RECURSOS FINANCEIROS:

LOTE 01: Recursos provenientes do processo nº 59053.011611/2023-13, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

LOTE 02: Recursos Próprios do Município.

1.1. O objeto desta contratação é caracterizado como obra de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços
Urbanos

O prazo de vigência desta contratação é de 8 meses contados do (a assinatura do contrato. O cronograma de execução está estipulado em 4 meses a partir da autorização de início de obras

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

As intensas e constantes chuvas ocorrentes nos meados de 2023 e 2024 sucederam diversos problemas na estrutura urbana no Município de Campo Bom, tal como, os danos na estrutura de contenção das estacas de fundação, blocos de concreto bem como o aterro nas margens de acesso a ponte existente sobre o Arroio Schmidt, localizado na rua Presidente João Goulart, bairro 25 de Julho.

A Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos, do Município de Campo Bom, dentro de suas competências tem o compromisso de realizar a manutenção da estrutura urbana, neste procedimento tratamos da necessidade de contratação de empresa de engenharia para o fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e responsabilidade técnica na reconstrução de muro de gabiões para contenção das estacas de fundação, blocos de concreto bem como o aterro nas margens de acesso a ponte existente sobre o Arroio Schmidt, localizado na rua Presidente João Goulart, bairro 25 de Julho. A ponte está interditada impossibilitando o escoamento da produção através de caminhões e o acesso dos moradores a infraestrutura urbana, como postos de saúde, escolas de educação infantil e fundamental, impossibilitando totalmente o fluxo normal da travessia na ponte até mesmo dos pedestres, que liga diversos bairros (Barrinha, Porto Blos e outros) ao bairro 25 de Julho. Portanto, a Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos aliado também ao laudo da Defesa Civil, caracteriza esta como situação crítica com necessidade de reimplantação de estrutura em gabiões para conter as margens do arroio, estabilizar o terreno, as estacas de fundação e os blocos de concreto que servem de apoio da ponte, afim de, evitar o colapso total da ponte a partir de novos deslizamentos, garantindo também a segurança dos usuários e moradores vizinhos e liberação do tráfego local. A solução cabível é a contratação na forma de licitação.

O objeto da contratação está previsto no decreto municipal nº 7.582, de 16 de abril de 2024 e solicitação 994/2024 de 16/04/2024.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços
Urbanos

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

A descrição da solução abrange a contratação de obra de engenharia com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e responsabilidade técnica na Recuperação da Base da Ponte da Rua João Goulart com reconstrução de muro de gabiões.

Ocorre que a municipalidade não possui condições estruturais para desempenhar esta obra, não possuindo maquinários e servidores capacitados e não conta com controle tecnológico e insumos para desempenhar este tipo de atividade. Além disso, são serviços muito específicos que dependem de expertise na área, treinamento e aprimoramento constante além de disponibilidade integral dos equipamentos, ferramentas e maquinários necessários e insumos específicos para a execução do mesmo.

Em contraponto, o mercado dispõe de empresas aptas nesta área, possuindo estrutura qualificada que garantirão uma execução de qualidade e economia nas obras públicas.

A descrição da solução abrange a empreitada preço unitário com o fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e responsabilidade técnica na Recuperação da Base da Ponte da Rua João Goulart, com reconstrução de muro de gabiões para contenção das estacas de fundação, blocos de concreto bem como o aterro nas margens de acesso a ponte existente, no Município de Campo Bom-RS.

Em decorrência da grande demanda, muito agravado por sinistros climáticos, como chuvas intensas e cheias, por exemplo, o município vem contratando empresas para execução de obras de engenharia, com o intuito de obter maior qualidade, eficiência e eficácia na resolução das demandas com menor valor empregado. Quando falamos em menor valor empregado, não nos referimos apenas ao despendido financeiro, mas, também, na composição final da vantajosidade, onde deverá ser considerado ainda, a durabilidade, a manutenção, sua eficiência, qualidade técnica



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços
Urbanos

embarcada e ininterrupção do serviço prestado ao cidadão, resultando na melhor solução.

Assim, a melhor solução a ser empregada é a contratação mediante licitação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Emitir nota fiscal dos serviços prestados na execução da obra, efetuando os devidos recolhimentos tributários exigidos.

Responsabilizar-se com despesas como transporte (frete).

A contratada, na execução da obra, deverá observar que:

Executará os serviços atendendo, taxativa e rigorosamente, as determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da CONTRATANTE, no curso da prestação dos serviços, objetivando a adequada execução da obra;

Obedecerá toda a solicitação e informação exarada pela Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos, na execução da obra;

Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos funcionários durante a execução da obra;

Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução da obra;

Fornecerá equipamentos, combustível e operador devidamente habilitado para operar o equipamento (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);

Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;

Providenciará a imediata substituição do equipamento que não apresentar condições para prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;

Utilizará na execução da obra, somente funcionários com os quais mantem contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

Quando da requisição da equipe pela contratante, deverá apresentar ao Serviço de Fiscalização do Município, cópia da documentação relativa aos funcionários (CLT), com todas as obrigações legais exigíveis devidamente adimplidas, bem como seguro obrigatório e seguro contra terceiros, sendo todos rigorosamente na forma da lei e em dia;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços
Urbanos

Toda a responsabilidade de segurança na execução da obra será de responsabilidade da contratada, sem ônus ao contratante;

Qualquer acidente ou incidente durante a execução do objeto licitado, será de responsabilidade total da empresa contratada;

A contratada deverá executar a obra empregando sempre a melhor técnica aplicável, devendo fazer uso de profissionais qualificados, responsabilizando-se pela correta execução dos mesmos, e por tudo o que se fizer necessário para a perfeita realização do objeto, bem como observar todas as normas e cautelas legais e administrativas atinentes;

Respeitar as propriedades circunvizinhas do local onde a obra se desenvolverá de modo que não sofram qualquer dano em razão da execução dos mesmos;

O aterro necessário será importado de áreas públicas do município de Campo Bom;

As características constantes deste objeto são pré-requisitos mínimos que o licitante, obrigatoriamente, deverá cotar em sua proposta.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução da obra deverá obedecer ao cronograma físico financeiro mediante empenho emitido, pelos quantitativos efetivamente executados, medidos na obra.

A contratada emitirá a nota fiscal que deverá vir acompanhada da respectiva planilha de medição assinada pelo responsável técnico.

O pagamento será mensal e a planilha deverá ter a assinatura do responsável pela fiscalização dos serviços, bem como a do secretário. Somente serão contabilizadas as quantidades efetivamente executadas, todo e qualquer serviço não previsto em memorial, que for julgado indispensável, por parte da fiscalização, para o perfeito e total cumprimento do objeto, deverá ser executado pela contratada e será acrescido ao contrato por meio de aditivo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços
Urbanos

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução do contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), designados por Portaria.

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

A forma de pagamento do Município de Campo Bom é por empenho de despesa.

A fiscalização do Município somente atestará o cumprimento de etapa da obra CONTRATADA e liberará a nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas. Somente poderão ser pagos serviços que, de acordo como cronograma físico-financeiro, estiverem concluídos.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

O pagamento do preço será feito pelo Município de Campo Bom, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal ou nota fiscal/fatura juntamente com planilha de medição. Dito documento deverá ser atestado pelo gestor do contrato, designado pelo Secretário responsável pela pasta solicitante.

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da respectiva fatura corretamente preenchida, pelo departamento competente da Secretaria Municipal da Fazenda. Se o término deste prazo coincidir com dia em que não houver expediente na Prefeitura, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediato;

O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Prefeitura Municipal de CAMPO BOM, trazendo o número do empenho e do processo licitatório a que esta se refere;

A nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das certidões negativas de débitos do INSS, FGTS, Trabalhistas, Tributos Federais, Estadual e Municipal.

O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente da Contratada, devendo esta informar o número do Processo Licitatório, Nome do Banco e número da Agência e da Conta Corrente, como também registrá-los no próprio Recibo Fiscal.

As notas fiscais/faturas emitidas com erro deverão ser substituídas. Neste caso, o Município de CAMPO BOM efetuará a devida comunicação à CONTRATADA, para que dentro do prazo fixado para o pagamento, proceda na sua regularização. No mais, o Município disporá de até 15 (quinze) dias,

Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços
Urbanos

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

O Pagamento será realizado mediante verificação da regularidade fiscal da contratada, caso esteja irregular, havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços
Urbanos

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços
Urbanos

federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços
Urbanos

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado total da contratação não pode ultrapassar o valor de R\$ 1.378.666,96 (Um milhão trezentos e setenta e oito mil reais, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos) PARA O LOTE 01 E não pode ultrapassar o valor de R\$ 290.046,41 (duzentos e noventa mil, quarenta e seis reais e quarenta e um centavos) PARA O LOTE 02, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS						
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos						
1.0 PLANILHA DE ORÇAMENTO LOTE 01						
OBJETO: Recuperação da base da ponte na Rua Presidente João Goulart com utilização de muros de gabião.						
Item	Referência SINAPI	Descrição dos Serviços	Und.	Quant.	Preço (R\$)	
					Unitário	Total
OBS: Incluso todos os encargos complementares. BDI : 24,50%						
1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL						
1.1	S-90778	ENGENHEIRO CIVIL	h	240	R\$ 136,03	R\$ 32.647,20
2		SERVIÇOS PRELIMINARES				
2.1	S-10775	LOCAÇÃO DE CONTAINER	mes	4	R\$ 1.182,75	R\$ 4.731,00
2.2	S-4813	PLACA DE OBRA	m²	2,88	R\$ 311,25	R\$ 896,40
2.3	S-90781	TOPÓGRAFO COM ENCARGOS	h	176,00	R\$ 38,41	R\$ 6.760,16
2.4	S-88253	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO	h	176,00	R\$ 18,74	R\$ 3.298,24
3 ESCAVAÇÃO						
3.1	S97627	DEMOLIÇÃO DE PILARES EM CONCRETO	m³	27,00	R\$ 260,35	R\$ 7.029,45
3.2	S100982	CARGA MANOBRA E	m³	35,10	R\$	



SINAPI MO Desonerado 12/2023
ENCARGOS SOCIAIS: 83,34%



Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

OBJETO: Recuperação da base da ponte na Rua Presidente João Goulart com utilização de muros de gabião.

SINAPI MO Desonerado 12/2023
ENCARGOS SOCIAIS: 83,34%



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços
Urbanos

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão conforme decreto municipal nº 7.582, de 16 de abril de 2024 e solicitação 994/2024.

LOTE 01: CENTRO DE CUSTO 03. CÓDIGO DA DOTAÇÃO:
02.07.2.257.4.4.90.51.99.01.05.05 (145/2024) 02.07.2.257.4.4.90.51.99.01.05.05 (3846/2024)

LOTE 02: CENTRO DE CUSTO 11. CÓDIGO DA
DOTAÇÃO:09.02.2.216.4.4.90.51.99.01.05.05 (2979/2024)

11. DA FISCALIZAÇÃO

Conforme orientação do Secretário de Obras, a fiscalização será feita de forma rotineira por servidores Municipais , Engenheiros Civis, Diego Jardel Strack e Nirio Edio Breunig .

Campo Bom, JUNHO 2024

Nirio Edio Breunig

Secretária de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos.